

# 5º Encontro BAD ao Sul

Redondo

30 setembro

2022

>>> *Arquivos, Bibliotecas e Museus do Sul:  
o lugar na comunidade - que serviços e projetos?*



SHORT PAPER

## Os arquivos privados de arquitetos: problemas, desafios e oportunidades

Paulo Batista

*Câmara Municipal de Lisboa/Arquivo Municipal de Lisboa, Portugal,  
paulo.jorge.batista@cm-lisboa.pt*

---

### Resumo

Os arquivos privados, ou particulares, de arquitetos colocam inúmeros problemas aos serviços de informação onde se encontram ou àqueles que se preparam para os receber, dos quais destacamos, por um lado, a sua dimensão, atingindo com frequência as dezenas de milhares de documentos, muitos dos quais se apresentam em grandes formatos e, por outro, a fragilidade do suporte, por via do papel ser o material base por excelência e que, pelas suas especificidades, deve beneficiar de intervenções de conservação, com consequências profundas ao nível da sua organização, classificação, descrição, conservação, preservação, acesso e difusão.

Considerando o extraordinário valor primário e secundário que os documentos de arquitetura possuem, o grande desafio que se coloca às organizações que os têm à sua responsabilidade é como potenciar os mesmos, promovendo e dinamizando ações de difusão cultural e educativa. Com base nestes pressupostos, apresenta-se o estudo de caso do Arquivo Municipal de Lisboa, instituição com uma importante tradição no acolhimento de acervos relativos a arquivos privados de arquitetura, afirmando-se como um serviço de informação de referência, para todos os que se dedicam à investigação da arquitetura e do urbanismo em Portugal, e construção da memória coletiva de Lisboa.

**Palavras-chave:** Arquivo Municipal de Lisboa, arquivos privados de arquitetos, problemas, desafios, oportunidades

### Introdução

O Arquivo Municipal de Lisboa (AML) possui uma significativa tradição no acolhimento de arquivos privados de arquitetura, de que são exemplos os de José Luiz Monteiro (1848-1942), Cassiano Branco (1897-1970), Francisco Keil do Amaral (1910-1975), Ruy Jervis d'Athouguia (1917-2006) e, mais recentemente, Jorge Ferreira Chaves (1920-1981) e Alberto de Souza Oliveira (1945-), bem como a complementaridade de outras fontes, de que este Arquivo é detentor, como é o caso dos processos de obra particulares, que no seu conjunto afirmam o importante papel do AML enquanto serviço de informação de referência, para os que se dedicam ao estudo da arquitetura e do urbanismo em Portugal, e desenvolvimento da memória coletiva de Lisboa, contribuindo, também, para

prevenir o desaparecimento e dispersão deste património. Uma nota para afirmar que a documentação de arquitetura do AML é bastante procurada pelos seus utilizadores, não tanto os arquivos privados de arquitetos, mas sobretudo os processos de obra particulares, devido ao seu valor probatório, isto é, administrativo, fiscal e legal.

## **Caraterísticas gerais**

Segundo a Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, no seu Artigo 3.º - Fases do Projecto, um projeto de obras compreende as seguintes fases: programa base, estudo prévio, anteprojecto, e projeto de execução e assistência técnica.

Uma diferença fundamental no que respeita aos documentos existentes nos arquivos privados de arquitetos e nos processos de obra particulares, é que nestes últimos apenas se encontra informação com valor administrativo, que formalizam o desenvolvimento e controle da atividade de obras e edificações, excluindo, por isso, os desenhos preliminares, como esboços, croquis, etc., que representam a primeira ideia do projeto de arquitetura, e que, por regra, estão presentes nos primeiros.

Outra diferença essencial é que se ambos possuem peças escritas e desenhadas, além de outros elementos informativos, nomeadamente a memória descritiva e justificativa (Fig. 1), e elementos gráficos, normalmente designados desenhos, como plantas (Fig. 2), alçados (Fig. 3), cortes (Fig. 4), perspectivas (Fig. 5), etc., nos arquivos privados de arquitetos também existe outra documentação complementar, que está, de alguma forma, relacionada com um determinado projeto, concorrendo para ajudar a compreendê-lo, ou a conhecer o seu impacto na sociedade. Referimo-nos a textos publicados na imprensa diária da época, por esses arquitetos (Fig. 6), ou mais autores, como os respetivos jornalistas, fotografias (Fig. 7), bilhetes-postais (Fig. 8), correspondência (Fig. 9) trocada entre o dono da obra e o projetista, e demais agentes da construção, entre outros documentos.

U

PRÉDIO QUE O SR. MANUEL DOS SANTOS GUIA GAMEIRO JUNIOR PRETENDE  
CONSTRUIR EM BELMONTE.

MEMÓRIA DESCRITIVA

Trata-se da substituição dum prédio decrépito, sito ao quilómetro 2.500 da E.N. 345, por um prédio novo, cujas características essenciais são as seguintes : Três pavimentos, o primeiro dos quais, ao R/C, destinado a um estabelecimento comercial e contendo o acesso ao primeiro e segundo andares, onde se previram duas amplas habitações. Cada habitação disporá das dependências que claramente se encontram definidas na planta respectiva . A sala e a sala de jantar podem funcionar como sala comum ou ficar separadas por um cortinado espesso.

A construção será feita com pilares, vigas e lages de cimento armado. As paredes não têm função de suporte e serão duplas, com caixa de ar. As divisórias serão de tijolo a 1/2 vez, rebocadas e pintadas com tinta de água . O telhado levará telha mecânica de canal e cobertor, com duplo beirado . As caixilharias serão de madeira pintada a esmalte. Os pavimentos levarão tacos de madeira de pinho de cerne, excepto nas cozinhas e casas de banho que os levarão de mosaico marmoritado .

As fachadas - nomeadamente a principal - foram concebidas de modo a aliar uma expressão moderna da arquitectura com um certo carácter beirão, contrastando ali os paramentos caiados com elementos em que se previu um largo emprego de granito.

KEIL AMARAL  
ARQ.

Fig. 1 – Francisco Keil do Amaral, habitação multifamiliar de Manuel dos Santos Guia Gameiro Júnior, Belmonte, [1969]: PT/AMLSB/FKA/06/048; Página 1

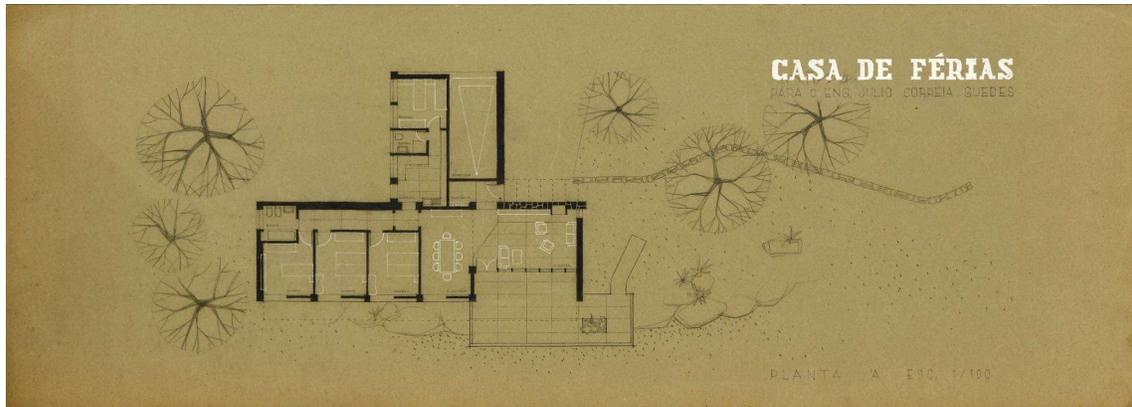


Fig. 2 – Francisco Keil do Amaral, habitação unifamiliar de Júlio Correia Guedes, Magoito, Sintra, [195-]: PT/AMLSB/FKA/06/023; Página 1



Fig. 3 – Francisco Keil do Amaral, Instituto Pasteur de Lisboa, rua dos Clérigos, 36, Porto, [1934]: PT/AMLSB/FKA/10/003; Página 1

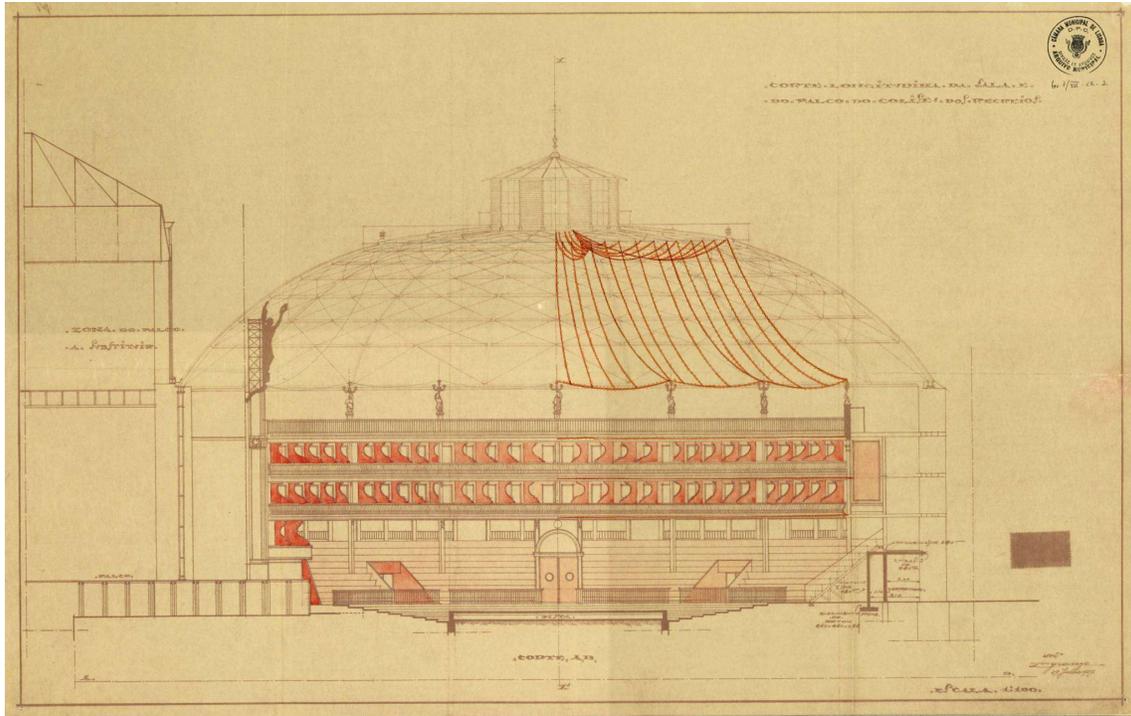


Fig. 4 – Cassiano Branco, Coliseu dos Recreios, Lisboa, rua das Portas de Santo Antão, 96, Lisboa, 1929-07-29: PT/AMLSB/CB/06/04/02; Página 1



Fig. 5 - Ruy Jervis d'Athouguia, habitação unifamiliar de João da Silva Capucho, São João do Estoril, 1953: PT/AMLSB/RJA/01/054; Página 54



Fig. 6 – Cassiano Branco, artigo publicado no Diário de Notícias, 1958-03-23: PT/AMLSB/CB/11/01/04; Página 1



Fig. 7 – Francisco Keil do Amaral, Parque infantil do Alvito, Lisboa, 1991-08: PT/AMLSB/FKA/01/006; Página 58

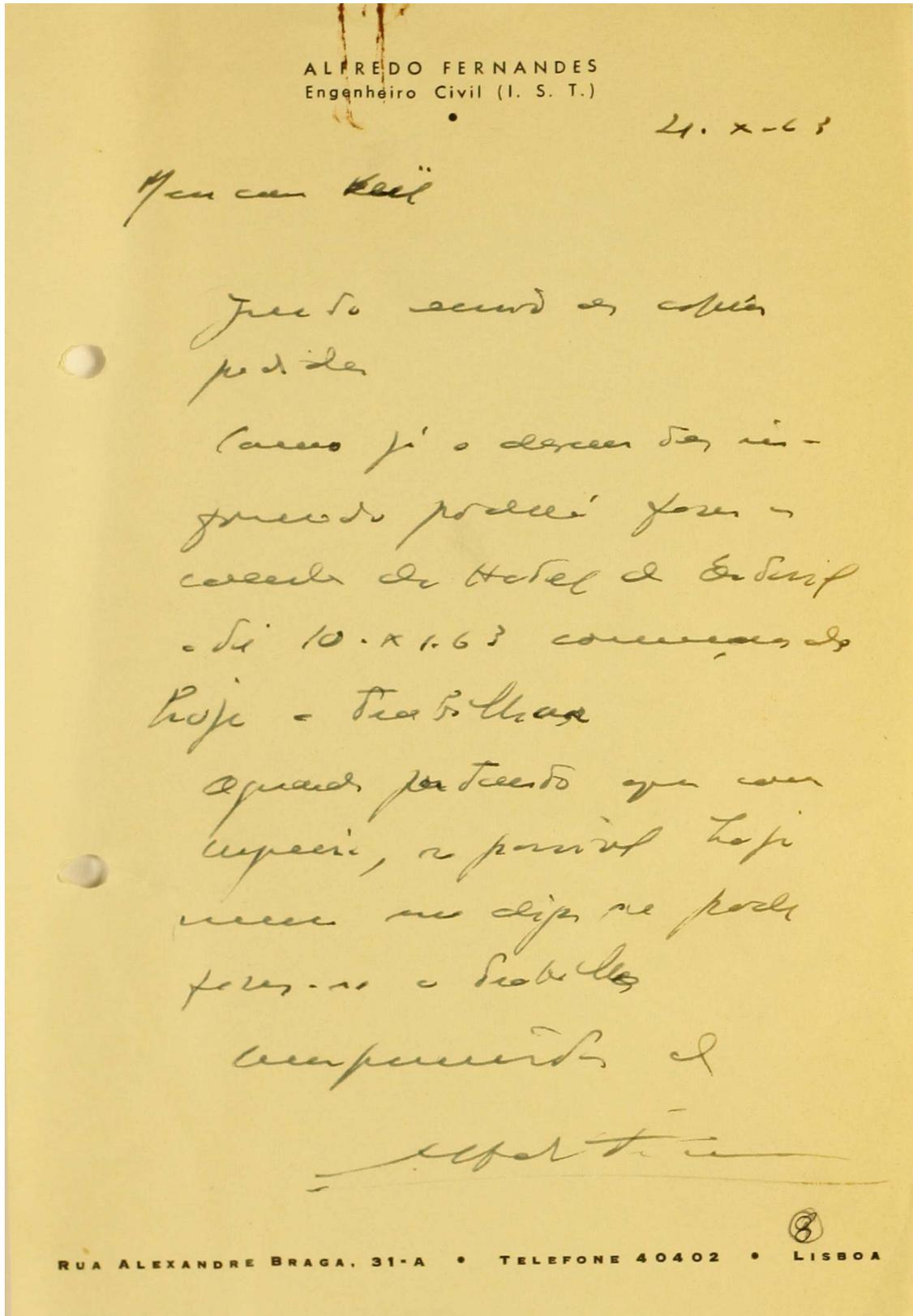


Fig. 8 – Francisco Keil do Amaral, Plano urbanístico para a península de Troia, Carvalhal, Grândola, [196-]: PT/AMLSB/FKA/17/004; Página 8



Fig. 9 – Cassiano Branco, Portugal dos Pequenitos, Coimbra, [1959]: PT/AMLSB/CB/01/03/67; Página 1

## Problemas

Um elemento que se infere do ponto anterior é o grande volume documental que normalmente os arquivos particulares de arquitetos possuem, sendo comum atingirem as várias dezenas de milhares, como se verifica nos supraditos exemplos dos arquivos de Cassiano Branco, Francisco Keil do Amaral ou Ruy Jervis d’Athougua. Não sendo o caso do que se verifica nestes arquivos privados de arquitetos, à responsabilidade do AML, noutras instituições existem arquivos que possuem maquetas, que quando concebidas fisicamente, ao invés de tal se verificar em ambiente digital, trazem problemas acrescidos no que respeita ao acondicionamento, tendo em conta a sua grande dimensão e peso, quando comparada com os documentos textuais.

Envolvendo esta matéria, é frequente os documentos gráficos, ou desenhos, existentes nos arquivos privados de arquitetos, apresentarem-se em grandes formatos. Esta situação tem enormes reflexos ao nível da preservação, mormente do seu acondicionamento em mobiliário específico, de forma a que se possam apresentar abertos ou enrolados em tubos.

Este armazenamento, em que é aconselhável que os documentos estejam arquivados horizontalmente, mas que também ocorre com os mesmos na posição vertical, pode ser efetuado em mobiliário fixo e em estantes deslizantes, neste caso com a finalidade de aumentar a área do espaço disponível.

Em comum, sobretudo na segunda situação, o elevado custo financeiro - particularmente se as estantes funcionarem eletricamente, ao invés do modo manual – impossibilitando a sua aquisição por um número significativo de serviços de informação. No mesmo sentido, não é raro estes arquivos possuírem pinturas (Fig. 10) e fotografias (Fig. 11), por vezes emolduradas, de grande dimensão, com as mesmas implicações quanto ao seu acondicionamento.

Em síntese, ao problema inicial, da grande dimensão documental existente nos arquivos particulares de arquitetos, acresce um outro, decorrente do elevado valor de aquisição do mobiliário apropriado.

Por último, considerando alguns dos principais problemas que estes acervos colocam às instituições onde se encontram, salientamos as questões derivadas da sua conservação. Tendo em conta a fragilidade do papel, o suporte em que maioritariamente os documentos de arquitetura se apresentam, a que acresce a supramencionada dimensão destes arquivos, para além da sua utilização decorrente do valor primário que têm, a que ainda se junta o natural efeito do tempo, é crucial que estes acervos beneficiem de ações de conservação. Segundo Ferreira (2021, p. 38-42), os danos mais comuns nos documentos de arquitetura, tendo em conta os elementos apresentados, são a sujidade, ferrugem, fita adesiva, dobras e vincos, rasgões, margens quebradiças, áreas do suporte perdidas, o franzido e a ondulação do papel, ataques de insetos e fungos, manchas, ação corrosiva das tintas e descoloração.

Por sua vez, estes efeitos nocivos obrigam a medidas de conservação, nomeadamente de preservação e restauro, que não cabe analisar neste texto.



**Fig. 10** – Francisco Keil do Amaral, Pavilhão de Portugal na Exposição Universal de Paris, França, [1936-1937]: PT/AMLSB/FKA/13/006; Página 3



Fig.11 – Francisco Keil do Amaral, Estádio de Bagdad, Iraque, [1966]: PT/AMLSB/FKA/14/003; Página 2

## Desafios

Tendo em conta o notável valor primário e secundário que os arquivos privados de arquitetos comportam, o grande desafio que se coloca às organizações que os têm à sua responsabilidade é como potenciar os mesmos, promovendo e dinamizando ações de difusão cultural e educativa?

## Oportunidades

Com base nos problemas identificados que os arquivos os documentos de arquitetura apresentam, a digitalização constitui uma opção fundamental, ou mesmo um destino natural, por um conjunto de razões que passamos a apresentar.

Desde logo por via das suas grandes vantagens, que podemos sintetizar em preservação dos originais, qualidade de resultados, acesso à informação e difusão da mesma. No contexto dos arquivos municipais em Portugal, é incontornável mencionar o projeto pioneiro desenvolvido pelo Arquivo Municipal de Lisboa, em parceria com uma empresa informática, a partir de janeiro de 2005 (Batista e Viegas, 2015).

Outro elemento decisivo é a produção e comunicação de instrumentos de acesso à informação, como guias, catálogos, inventários, etc., em que o AML, seguindo uma estratégia orientada à divulgação e comunicação do seu vasto acervo, considerou primordial o concernente desenvolvimento e disponibilização, para pesquisa e acesso à

informação, adotando uma metodologia que obedece às normas portuguesas e internacionais de descrição de documentos de arquivo. Desse modo, e na sequência da publicação do Guia de Fundos do Arquivo Municipal, em 2019, em 2020 e 2021 foram respetivamente disponibilizados ao público os catálogos dos fundos dos arquitetos Cassiano Branco e Francisco Keil do Amaral, estando previsto que a estes suceda brevemente o catálogo do arquiteto Ruy Jervis d’Athouguia.

Ainda no âmbito da difusão da informação relativa a arquivos privados de arquitetos, destacamos o projeto Olhar Cassiano, desenvolvido pelo AML, em 2020, no âmbito dos 50 anos da morte deste arquiteto. O grande desafio que se colocou ao AML foi não apenas organizar e comunicar o respetivo acervo, mas também desenvolver um conjunto de iniciativas que permitissem difundir este fundo documental. Deste modo, pretendeu-se convidar o público a desviar o olhar para a obra deste arquiteto, verdadeiramente decisivo para a compreensão da arquitetura portuguesa do século XX, justificando o nome escolhido para o projeto, que foi preparado durante 2019, mas o inesperado aparecimento da pandemia, no início do ano seguinte, obrigou a que fosse constantemente atualizado e adaptado a essa nova realidade, para conseguir materializar as mesmas iniciativas projetadas, num trabalho de grande resiliência, considerando o contexto tão singular e complexo em que foram desenvolvidas.

Este projeto teve os seguintes objetivos:

- Divulgar a documentação à responsabilidade do AML;
- Revelar a importância do património documental do AML, o seu interesse e contributo para o estudo da história de Lisboa e de Portugal;
- Promover parcerias com outras entidades, com a finalidade de incentivar o estudo das fontes, contribuindo para a produção e disseminação de informação e de conhecimento científico;
- Divulgar a obra de Cassiano Branco, nas vertentes artística, arquitetónica, urbanística, etc.;
- Promover um olhar crítico sobre a obra deste arquiteto.

Os objetivos elencados foram materializados através de um conjunto de iniciativas, nomeadamente, um colóquio nacional na Fundação Calouste Gulbenkian, organizado em parceria com o Iscte-IUL, em formato híbrido; um concurso de fotografia, que teve como parceiro a revista zOOM e que contou com os apoios do Hotel Britania, do Instituto Português de Fotografia e da NIOBO, uma loja *online* de fotografia e vídeo, em que os participantes foram convidados a captar fachadas e pormenores de edifícios projetados por Cassiano Branco, ou seja, maioritariamente ao ar livre, sem os condicionamentos afetos aos espaços fechados, do qual se publicou um catálogo; uma conversa sobre o filme A Cidade de Cassiano Branco, do realizador Edgar Pêra, que participou nesta iniciativa, juntamente com o Professor Paulo Tormenta Pinto, o coordenador científico do mencionado colóquio; uma exposição de fotografia de Daniel Blaufuks, intitulada Eden, a obra mais icónica de Cassiano, da qual foi produzido um catálogo, que foi selecionada para o prémio de melhor livro de fotografia desse ano, da Photo España; visitas pela cidade, por via das quatro Oficinas Fotografar Cassiano Branco, em setembro, convidando o público a visitar um circuito guiado, que lhes permitiu ver as fachadas de algumas das mais importantes obras de Cassiano Branco em Lisboa; o lançamento de um livro sobre a vida e obra deste arquiteto, editado pela Caleidoscópio; e a publicação do referido Catálogo do Fundo Cassiano Branco e de um Documento do Mês do AML, alusivo ao mesmo arquiteto. Apenas as atividades educativas com escolas e o mural de homenagem a Cassiano Branco, projetado em parceria com o Gabinete de Arte Urbana, não foram concretizados, no primeiro caso porque o Serviço Educativo do AML desloca-se aos estabelecimentos de ensino e com a pandemia esteve impossibilitado de fazê-lo, contudo este Arquivo publicou o número 5 do jornal arKivo Lisboa, dirigido ao público mais jovem, com um dossier especial sobre Cassiano Branco, que está disponível gratuitamente em suporte papel e digital, e no segundo, devido a questões logísticas.

O projeto Olhar Cassiano foi difundido na Agenda Cultural de Lisboa e em sites de divulgação de eventos como o Pporto.pt, a Time Out Lisboa, a Artcapital e o Cofeepast.

Destaque, ainda, para a linha de *merchandising* desenvolvida pelo AML, a partir da documentação do arquivo privado de Cassiano Branco, com três coleções, especificamente de arquitetura habitacional e de equipamentos turísticos e de espetáculos, cada qual com cinco postais, para além de um caderno de notas e de dois puzzles, um para adultos, com 500 peças, e outro para crianças, com 30.

Por último, destacamos o spot publicitário, produzido pela Videoteca do AML, para este projeto, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NqE2cJe2VMc>.

## Conclusões

Podemos concluir que os arquivos privados, ou particulares, de arquiteto possuem um grande valor probatório, informativo e iconográfico, reunindo um conjunto de características que os tornam especialmente indicados para o desenvolvimento de iniciativas de promoção e dinamização cultural e educativa, de que o AML é um excelente exemplo, considerando os projetos desenvolvidos e em curso.

## Referências bibliográficas

BATISTA, Paulo; VIEGAS, Inês (2015) – A digitalização dos processos de obra particulares no Arquivo Municipal de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*. ISSN 2183-3176. Nº 3, p. 265-285

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA (2020) – *Catálogo do Fundo Cassiano Branco*. [Em linha]. Lisboa: CML/AML. [Consult. 24 Set. 2022] Disponível na Internet: <URL:[https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo\\_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/cassiano\\_branco/catalogo\\_CassianoBranco.pdf](https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/cassiano_branco/catalogo_CassianoBranco.pdf)>.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA (2022) – *Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral*. [Em linha]. Lisboa: CML/AML. [Consult. 25 Set. 2022] Disponível na Internet: <URL:[https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo\\_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/keil\\_amara/catalogo\\_Keil\\_do\\_Amaral.pdf](https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/keil_amara/catalogo_Keil_do_Amaral.pdf)>.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA (2019) – *Guia de Fundos do Arquivo Municipal de Lisboa*. [Em linha]. Lisboa: CML/AML. [Consult. 23 Set. 2022] Disponível na Internet: <URL:[https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo\\_municipal/difusao/publicacoes/IDD/AML\\_guia\\_de\\_fundos.pdf](https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/IDD/AML_guia_de_fundos.pdf)>.

FERREIRA, Monica Frandi (2021) – *Manual de tratamento de documentos de arquitetura*. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

---